

ECONOMIA DE PERNAMBUCO: TRANSFORMAÇÕES RECENTES E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO REGIONAL GLOBALIZADO.

João Policarpo R. Lima^{*}

Abraham B. Sicsú^{**}

Maria Fernanda F. G. Padilha^{***}

RESUMO

Nos últimos anos alguns fenômenos vêm influenciando de forma marcante as atividades econômicas, entre os quais a globalização associada com mudanças de paradigma tecnológico, o que, por sua vez, implicou em uma maior abertura das economias ditas periféricas e em uma mudança acentuada no papel do Estado como indutor de atividades econômicas. Tais transformações trouxeram impactos diferenciados sobre as economias dos diversos países do mundo, ao lado de reflexos também diversos sobre suas sub-regiões menos desenvolvidas. O efeito conjunto da maior abertura das economias diante de países mais desenvolvidos praticantes de processos tecnológicos bem mais avançados e ainda contando aquelas com um Estado menos atuante em termos de incentivos fiscais e financeiros ao chamado aparelho produtivo gerou impactos muito significativos e com viés negativo em muitas sub-regiões periféricas.

Por outro lado, tais processos trazem também a possibilidade de deslocalizações produtivas, maiores facilidades para a importação de máquinas e equipamentos para a modernização de estruturas produtivas de regiões periféricas, antes atreladas às disponíveis nas regiões hegemônicas de cada país respectivo. Ademais, as instâncias estaduais e municipais de Governo adquirem mais importância e passam a agir de forma mais ativa na coordenação e estímulo à ampliação da base econômica, seja com base no chamado desenvolvimento endógeno, ou mesmo na articulação e atração de investimentos de fora, ao lado da busca por maior competitividade sistêmica representada, por exemplo, por menores custos de transporte, por melhor qualificação da mão-de-obra, pelas facilidades de telecomunicações etc.

O efeito líquido desses fatores sobre regiões periféricas é, evidentemente, diferenciado e, conforme já discutido na literatura pertinente, o que vai tornar uma sub-região ganhadora ou perdedora diante das transformações citadas será sua capacidade de mobilizar suas potencialidades e aproveitar as janelas de oportunidade abertas por eventuais capacitações tecnológicas ou pela dotação favorável de fatores produtivos.

Tendo em conta o contexto acima descrito, o trabalho apresenta os contornos gerais do desempenho recente da economia de Pernambuco, um Estado marcado pelas dificuldades postas pelo ambiente mais competitivo da globalização e pelos demais aspectos acima mencionados, onde o dinamismo já estava em baixa até mesmo antes de tais fenômenos. Depois de experimentar um período relativamente longo de atraso relativo, a economia de Pernambuco vem mostrando mais recentemente alguns indícios de recuperação do

^{*} Professor do Departamento de Economia/PIMES da UFPE e pesquisador do CNPq.

^{**} Pesquisador Titular da FUNDAJ, Professor Adjunto 4 de Engenharia de Produção/UFPE e Membro do CADE.

^{***} Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia – PIMES - da UFPE.

crescimento, apresentando uma performance relativa um pouco superior à média dos demais estados nordestinos.

Pretende-se neste trabalho chamar a atenção para as mudanças em curso e provocar reflexões sobre a possível continuidade desse melhor desempenho da economia pernambucana, tendo em conta, inicialmente, uma análise das políticas de desenvolvimento adotadas pelo governo estadual. Além disso, pretende-se discutir as perspectivas de encadeamento de investimentos importantes em fase de implantação e/ou anunciados para a economia estadual, tais como uma refinaria de petróleo, um estaleiro de grande porte, um pólo de poliéster, uma unidade de produção de hemoderivados e outros ainda em negociação.

1. Introdução

Nos últimos anos alguns fenômenos vêm influenciando de forma marcante as atividades econômicas, entre os quais a globalização associada com mudanças de paradigma tecnológico, o que, por sua vez, implicou em uma maior abertura das economias ditas periféricas e em uma mudança acentuada no papel do Estado como indutor de atividades econômicas. Tais transformações trouxeram impactos diferenciados sobre as economias dos diversos países do mundo, ao lado de reflexos também diversos sobre suas sub-regiões menos desenvolvidas. O efeito conjunto da maior abertura da economia diante de países mais desenvolvidos praticantes de processos tecnológicos bem mais avançados e ainda com um Estado menos atuante em termos de incentivos fiscais e financeiros ao chamado aparelho produtivo impactou de forma muito significativa e com viés negativo em muitas sub-regiões periféricas.

Por outro lado, tais processos trazem também a possibilidade de deslocalizações produtivas, maiores facilidades para a importação de máquinas e equipamentos para a modernização de estruturas produtivas de regiões periféricas, antes atreladas às disponíveis nas regiões hegemônicas de cada país respectivo. Ademais, as instâncias estaduais e municipais de Governo adquirem mais importância e passam a agir de forma mais ativa na coordenação e estímulo à ampliação da base econômica, seja com base no chamado desenvolvimento endógeno, ou mesmo na articulação e atração de investimentos de fora, ao lado da busca por maior competitividade sistêmica representada, por exemplo, por menores custos de transporte, por melhor qualificação da mão-de-obra, pelas facilidades de telecomunicações etc.

O efeito líquido desses fatores sobre regiões periféricas é, evidentemente, diferenciado e, conforme já discutido na literatura pertinente, o que vai fazer uma sub-região ganhadora ou perdedora diante das transformações citadas será sua capacidade de mobilizar suas potencialidades e aproveitar as janelas de oportunidade abertas por eventuais capacitações tecnológicas ou pela dotação favorável de fatores produtivos. Essa capacidade de mobilização nas regiões periféricas, por sua vez, depende muito do papel do Estado e das instituições de suporte ao desenvolvimento econômico, mesmo que no contexto da globalização pretenda-se adequar o Estado a um papel bem mais discreto, relativamente ao que fora desempenhado no período em que a intervenção estatal era estimulada e atuante.

Em que pese a hegemonia do mercado e a menor atuação do Estado, em geral, no contexto da globalização, as regiões dos chamados países emergentes que têm sido mais bem sucedidas são as que têm por trás Estados desenvolvimentistas, na linha da hipótese apresentada por Evans (2004), onde desenvolve-se uma autonomia relativa do Estado e onde as instituições estatais suportam com políticas específicas o desenvolvimento econômico.¹ Isso, mesmo levando em conta as restrições em curso para o apoio por parte do Estado, em termos dos acordos de comércio e as limitações financeiras do setor público observadas na maioria dos países emergentes.

Tendo em conta o contexto acima descrito, o trabalho a seguir apresenta os contornos gerais do desempenho recente da economia de Pernambuco, um Estado marcado pelas dificuldades postas pelo ambiente mais competitivo da globalização e pelos demais aspectos acima mencionados, onde o dinamismo já estava em baixa até mesmo antes de tais fenômenos. Depois de experimentar um período relativamente longo de atraso relativo, a economia de Pernambuco vem mostrando, mais recentemente, alguns indícios de recuperação do crescimento, apresentando uma performance relativa um pouco superior à média dos demais estados nordestinos. Tal desempenho parece estar associado a oportunidades criadas pela localização e por atração de investimentos carreados pela existência de um distrito industrial portuário, o complexo Suape, além do aproveitamento

¹ Evans (2004) reconhece três tipos de Estado: o desenvolvimentista, o intermediário e o predatório. “Na atuação de um Estado desenvolvimentista prevalece a autonomia relativa diante dos interesses dos capitais globais, elaborando projetos de desenvolvimento que priorizem as necessidades nacionais e estejam voltados para uma sustentabilidade do modelo de crescimento (Padilha, 2006: 114).” Para detalhes ver Padilha (2006), que examinou os casos do Brasil, México e China de acordo com essa ótica, tendo encontrado no caso da China a presença de um Estado desenvolvimentista, sendo os outros casos mais próximos do que Evans classifica como Estado intermediário.

de algumas vantagens relativas de espaços econômicos como o da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco e do gesso na região do Araripe, bem como ao melhor desempenho de segmentos mais tradicionais, como o sucro-alcooleiro, nos anos mais recentes.

Pretende-se aqui chamar a atenção para as mudanças em curso e provocar reflexões sobre a possível continuidade desse melhor desempenho da economia de Pernambuco, principalmente tendo em vista que mais recentemente alguns grandes projetos, de características estruturadoras, estão sendo anunciados e em implantação na economia estadual. Objetiva-se também destacar que em Pernambuco as instituições públicas e as linhas de políticas até aqui adotadas precisam ser melhor adequadas às necessidades do momento da economia, pois não bastam grandes projetos serem atraídos. Na verdade, além disso, é preciso que os demais segmentos da economia estejam preparados e possam se integrar aos grandes empreendimentos e para isso não há claras indicações de políticas em curso.

1. Breve Retrospectiva da Evolução da Economia Pernambucana.

A economia de Pernambuco tem apresentado ao longo da história padrões diferenciados de desenvolvimento, passando por períodos de sustentado dinamismo, seguidos de outros de marcante estagnação. Como se sabe, no período áureo do ciclo açucareiro foi em Pernambuco que se concentrou o maior crescimento do então Brasil colônia, até que a partir das décadas finais do século XVII até o início do século XIX a economia açucareira mergulhou em letargia e crise. Seguiu-se então mais um período de recuperação e expansão para no final deste mesmo século voltar a mesma a sofrer as dificuldades das oscilações do mercado externo do açúcar e diante disso buscar uma articulação maior com o mercado interno. Tirava então partido da dinamização da economia do Sudeste com base nas exportações de café, o que ampliou o mercado consumidor daquela região, passando a mesma a absorver os excedentes de açúcar do Nordeste, principalmente de Pernambuco que era então seu maior produtor.

Ao longo da primeira metade do século XX, a economia de Pernambuco experimenta uma certa diversificação. No bojo da expansão da economia articulada à agro-indústria açucareira forma-se em Pernambuco uma atividade industrial fornecedora de insumos e

equipamentos para esta, principalmente no setor metal-mecânico, bem como a têxtil com base no algodão nordestino e no mercado regional, então protegido por barreiras de custos de transporte, ao tempo em que o Brasil vai adotando o modelo de industrialização substitutiva. Essa trajetória vai permitir que a economia de Pernambuco assumira posição de destaque no contexto nordestino, mesmo que a base econômica fosse muito concentrada no entorno da capital e muito dependente do setor hegemônico, ou seja, a atividade de produção de açúcar.

Nos anos 1960 e 1970, com os incentivos fiscais e demais instrumentos da política regional adotada com a criação da SUDENE, a economia pernambucana consegue atrair boa parte dos projetos de investimento apoiados nesse esquema e assim atinge um patamar mais elevado de diversificação industrial, mesmo que ainda muito localizado na Região Metropolitana do Recife. Enquanto isso, as regiões interioranas continuaram muito pouco dinâmicas e com suas economias fortemente dependentes de atividades primárias, seja no Sertão ou no Agreste, mesmo que em algumas cidades do Agreste tenham surgido algumas atividades agro-industriais.

Efetivamente, entre 1963 e 1969 foram para Pernambuco 36,9% das liberações de incentivos fiscais da SUDENE², sendo que entre 1970 e 1974 essa participação foi ainda de 25,7%, caindo em seguida para 16,6% entre 1975 e 1984 (Lima e Katz, 1993). Devido em parte, pelo menos, a esses investimentos o PIB de Pernambuco cresceu 10,6% ao ano entre 1970 e 1975, à frente do Nordeste que cresceu 10,2% ao ano.

A partir da segunda metade dos anos 1970, no entanto, provavelmente de forma associada à menor participação nos incentivos fiscais da SUDENE, a economia pernambucana inicia um período de menor dinamismo relativo, crescendo à média de 6,6% ao ano entre 1975 e 1980 (Nordeste: 7,2% ao ano). Tal perda de ímpeto relativo acentua-se na primeira metade dos anos 1980, vale notar, tendo a média de crescimento anual caído para 2,4% em Pernambuco, contra 4,4% no Nordeste entre 1980 e 1985. Em seguida, observa-se uma certa recuperação do dinamismo relativo em Pernambuco, tendo a média de crescimento da década atingido 3,5% ao ano, enquanto a do Nordeste chegava aos 3,3% (Tabelas 1 e 2). Nos anos 1990, no entanto, a perda relativa de Pernambuco no contexto

² Note-se que neste período Pernambuco ficou à frente da Bahia que recebeu 32,8% dos incentivos.

regional foi mantida com uma média de crescimento do PIB de 2,0% para este e de 3,0% para o Nordeste.

Essa perda de posição relativa da economia de Pernambuco no todo da Região motivou alguns analistas a buscar explicações e vale aqui resumir algumas das que foram apresentadas. Lima e Katz (1993), por exemplo, entendem que houve, em primeiro lugar, uma redução na função tradicional de entreposto comercial de Pernambuco dentro do processo de integração da economia brasileira, o que levou os demais estados nordestinos a se articular diretamente com o centro hegemônico. Depois o segmento industrial mais representativo, a agroindústria álcool-açucareira, passou a experimentar dificuldades de competitividade, tendo seus empresários optado pela diversificação de atividades investindo em outras regiões, ao contrário dos baianos e cearenses, por exemplo, que buscaram alternativas de diversificação de investimentos em seus próprios domínios. Ao lado disso, observou-se na segunda metade dos anos 1970, no bojo do II PND, a efetivação de investimentos industriais significativos em outros estados, como foi o caso do Pólo Petroquímico de Camaçari, do complexo cloro-químico de Alagoas e Sergipe e do pólo mínero-metalúrgico de São Luiz. Além disso, houve um esforço de investimentos, coordenado pelo governo do Ceará, que expandiu significativamente o setor têxtil-confecções. Com isso, esses espaços econômicos passaram a atrair, por conta do maior dinamismo e de economias externas, investimentos que poderiam ter ido para Pernambuco. Segundo os autores citados:

“Esse fenômeno, diga-se, tem parte de suas raízes no II PND quando foram definidos blocos de investimentos nas áreas de bens de capital e de insumos básicos, tendo Pernambuco ficado de fora. Com isso a economia de Pernambuco não ampliou seu nível de integração interna nem avançou o índice de aproveitamento de potencialidades locais, o que poderia ter contribuído para um maior efeito multiplicador e uma maior internalização da renda (Lima e Katz, 1993: 45).”

Afora isso, também contribuiu para o menor crescimento relativo o fato de ter a Região Metropolitana do Recife ficado de fora da faixa A de prioridades para projetos que buscassem incentivos fiscais via SUDENE, o que levou à gradativa perda de participação nos recursos dos incentivos fiscais. Tal exclusão, justificada com o argumento de

desconcentrar intra-regionalmente os investimentos incentivados, vigorou entre 1969 e 1987 e terminou ajudando a levar para o Ceará alguns importantes projetos na indústria têxtil que poderiam ter se localizado na RMR, já que o diferencial de incentivos fora da faixa A era significativo. Outros fatores são também participantes desse processo de enfraquecimento relativo, entre os quais localizam-se a menor agressividade fiscal dos governos de Pernambuco, a baixa produtividade e a reduzida articulação econômica das regiões do interior com a RMR e o reduzido índice de dinamismo do setor terciário pernambucano onde a informalidade tem um peso elevado, dificultando sobremaneira a geração de renda e a acumulação produtiva.

Uma apreciação mais detida do processo de fragilização da economia pernambucana passa pelo exame do comportamento da indústria de transformação. Como se sabe este é um setor que imprime ânimo às atividades econômicas em vista dos efeitos de encadeamento e de geração de emprego e renda. Ocorre que a indústria de transformação de Pernambuco, que apresentou forte dinamismo nos anos 1970 (cresceu 13,1% ao ano na década), passou a sofrer quedas de produção dos anos 1980 em diante, apresentando taxa média de crescimento de -1,2% entre 1980 e 1990 e de -1,3% entre 1990 e 1999 (Tabela 1). As razões para isso estão em parte, pelo menos, sumariadas acima, tendo faltado a Pernambuco a presença de investimentos mais estruturantes que fossem capazes de animar o setor industrial. Nos anos 1990, ocorre uma perda de competitividade de alguns setores em vista da abertura da economia brasileira, ao lado de dificuldades na agroindústria sucro-alcooleira, por conta de passivos financeiros elevados e da menor proteção estatal que implicou na perda de benefícios antes carreados através do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool. Esse contexto de maior exposição à concorrência levou ao fechamento de várias usinas industriais e a elevados índices de desemprego. Mesmo assim deve-se ter em consideração que, em termos absolutos, a indústria de transformação de Pernambuco tem ainda peso significativo no contexto regional, como será visto adiante.

TABELA 1- PERNAMBUCO: TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB SETORIAL E POR ATIVIDADE ECONÔMICA – 1970-99

ATIVIDADE ECONÔMICA	TAXA MÉDIA		
	1970-80	1980-90	1990-99

<u>SETOR AGROPECUÁRIO</u>	6,0	0,8	-2,2
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	6,0	0,8	-2,2
<u>SETOR INDUSTRIAL</u>	10,7	1,9	1,7
Indústria Extrativa Mineral	16,3	-1,5	-7,3
Indústria de Transformação	13,1	-1,2	-1,3
Energia Elétrica e Abastecimento de Água	9,3	4,8	3,8
Energia Elétrica	9,9	5,5	5,0
Abastecimento de Água	6,1	2,0	-2,6
Construção	5,6	7,2	5,5
<u>SETOR DE SERVIÇOS</u>	8,4	4,4	2,5
Comércio (inclusive Restaurantes e Hospedagem)	10,7	-0,6	3,6
Transportes, Armazenagem e Comunicações	5,4	6,2	7,9
Transporte Rodoviário	4,0	3,4	-2,2
Transporte Ferroviário	7,9	-5,9	0,2
Transporte Aéreo	11,8	4,4	2,9
Transporte Marítimo	-	-	-
Comunicações	9,9	11,4	10,2
Atividades Financeiras	14,2	6,8	2,1
Bens Imóveis	8,8	7,0	3,8
Administração Pública	5,7	5,0	-0,7
<u>TOTAL</u>	8,6	3,5	2,0

Fonte: SUDENE/CPE/INE/Contas Regionais (2002)

Tabela 2 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real do Brasil e Região Nordeste – 1960-99

Período	Nordeste Taxa (%)	Brasil Taxa (%)
1960-70	3,5	6,1
1970-80	8,7	8,6
1980-90	3,3	1,6
1990-99(1)	3,0	2,5
1991-02(2)	2,7	2,6

Fontes: FGV/IBRE/DCS; IBGE/DPE/DCNA – Brasil

SUDENE/Contas Regionais – Nordeste. (1)Dados Preliminares

(2): IBGE (dados básicos).

Assim, diante da retração na setor secundário, nos dois últimos decênios do século XX, pelo menos, a economia de Pernambuco sustentou suas baixas taxas de crescimento do PIB graças ao setor terciário, sendo neste o peso maior dado pelo segmento de transporte, armazenagem e comunicações, particularmente este último ramo, tendo ainda os setores primário e terciário apresentado desempenho muito aquém dos anos anteriores (Tabela 1).

Tabela 3 - Pernambuco: Taxa de crescimento total e setorial do PIB – 2001/2003

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
2001	-3,2	1,7	2,6	1,8
2002	16,6	-0,12	1,6	2,3
2003	9,7	1,1	0,2	1,2

Fonte: CONDEPE/FIDEM (www.fisepe.pe.gov.br/condepe)

Observe-se que no período 2001 a 2003 os dados disponíveis indicam alguma mudança nesse padrão de crescimento, tendo a agricultura recuperado o ímpeto e o setor industrial como um todo melhorado seu desempenho. O setor terciário, mantém-se crescendo, embora a taxas menores (Tabela 3). A melhora no comportamento do setor primário, entretanto, gera poucos efeitos sobre o PIB estadual, já que o peso é relativamente reduzido no todo (8,5% em 2001, conforme a Tabela 4). Na verdade a economia pernambucana apresenta um peso bem mais significativo do terciário em seu conjunto de atividades, sendo este de 59,6% em 2001, superior aos 54,0% do Nordeste e aos 51,5% da economia brasileira. Assim, a dinâmica da economia pernambucana termina sendo muito influenciada pelo setor serviços e esta já se apresenta com uma participação muito elevada para sustentar o crescimento, apesar de contar com alguns segmentos representativos do chamado terciário moderno, que consegue maior valor agregado em suas atividades. Conforme visto anteriormente, o crescimento maior do terciário pernambucano vem se concentrando nas atividades de comunicações, observando-se um crescimento a taxas decrescentes nos segmentos de comércio, atividades financeiras e bens imóveis. Ou seja, o

dinamismo nos últimos anos vem sendo sustentado pelas ampliações nos serviços de telefonia fixa e celular e outros sub-ramos das comunicações.

Tabela 4 - Produto interno bruto de Pernambuco, Nordeste e Brasil - 2001

Discriminação	PE	NE	BR
PIB global ⁽¹⁾ (R\$ 1.000.000,00)	31.725	157.302	1.198.736
PIB per capita (R\$ 1,00)	3.962	3.255	6.954
Composição setorial (%)			
Agropecuária	8,5	9,2	8,3
Indústria	31,9	36,8	40,3
Serviços	59,6	54,0	51,5
PIB PE / PIB NE (%)	20,2	-	-
PIB PE / PIB BR (%)	2,6	-	-

Fonte: IBGE, Contas Regionais-2001 e Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco-CONDEPE/FIDEM.

(1) PIB a preço de mercado.

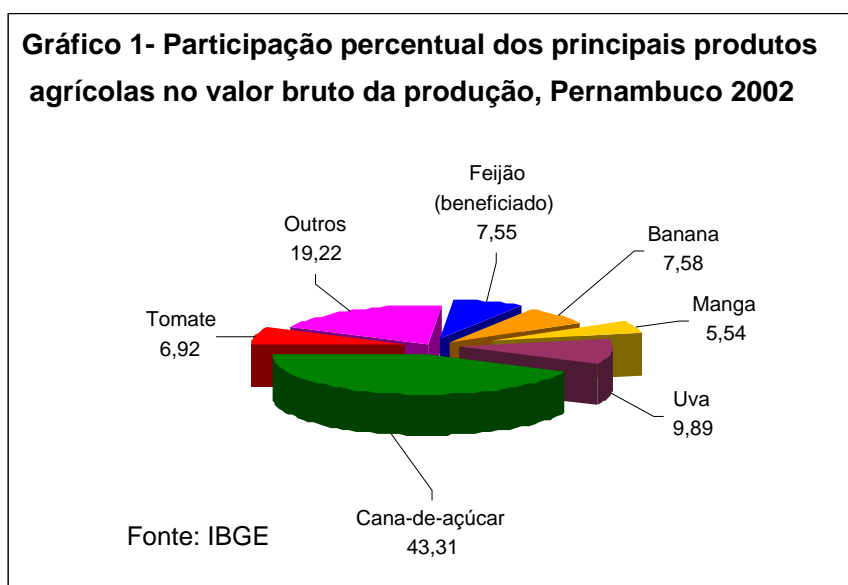
Para delinear melhor o perfil e a dinâmica da economia de Pernambuco, faz-se necessário também olhar com um pouco mais de detalhes as atividades mais importantes do setor agrícola e da indústria de transformação. Com isso pode-se ter uma idéia de complementaridade ou competição de atividades dominantes com as economias dos países do bloco aqui realçado.

O setor agrícola pernambucano tem ainda uma participação desproporcional da cana-de-açúcar em seu todo, tendo esta atividade pouco mais de 43,0% do produto agrícola estadual. Trata-se da atividade mais tradicional do estado, sujeita a freqüentes oscilações de preços e de mercado, mas que se mantém como a mais relevante cultura do Estado.

O que há de mais dinâmico no setor agrícola pernambucano é o crescimento de culturas irrigadas localizadas no Sertão do Estado (Pólo Petrolina/Juazeiro), como é o caso da uva e da manga, que juntas detém cerca de 15% do valor bruto da produção agrícola. Essas culturas vêm apresentando comportamento dinâmico com direcionamento crescente para o mercado externo, principalmente para a União Européia e Estado Unidos. Afora estas, destacam-se ainda as culturas do feijão, da banana e do tomate com participações similares em torno de 7,0% da produção agrícola bruta (Gráfico 1). Independentemente de dinamismo dos mercados desses produtos, o perfil de culturas é muito concentrado, assim como é concentrado espacialmente esse conjunto. A cultura da cana-de-açúcar ocupa a Zona da Mata, enquanto as culturas de uva e de manga localizam-se no entorno de

Petrolina, ficando as demais com uma abrangência espacial mais significativa, embora ainda assim mais concentradas na Zona da Mata (banana) e no Agreste (tomate).

A pecuária bovina apresenta alguma expressão no Agreste pernambucano, mas enfrenta dificuldades em vista das condições naturais adversas, embora possa ser notado, mais recentemente, um certo fortalecimento da bacia leiteira do Agreste em torno do município de Garanhuns e uma atividade ainda expressiva da avicultura na RMR e na Zona da Mata. No Sertão desenvolve-se em bases ainda tradicionais, com algumas exceções, a caprinocultura que também padece com as variações climáticas e o baixo nível de capitalização, usando padrões tecnológicos, em geral, muito pouco atualizados.



O setor industrial de transformação, por sua vez, apresenta-se menos concentrado, mas com predominância desproporcional dos ramos de produtos alimentares (32,8% em 2001), onde insere-se predominantemente a produção de açúcar, vindo em seguida, por ordem de importância, os ramos de química, metalurgia, bebidas, minerais não metálicos e material elétrico e de comunicações. Note-se que o setor têxtil, que foi no passado um dos líderes da indústria de transformação em Pernambuco, limita-se hoje a ter pouco mais de 1% do valor adicionado desta indústria (Gráfico 2 e Tabela 5). Note-se que também o setor de vestuário, calçados e artefatos de tecidos tem um peso reduzido no valor adicionado,

embora apresente um pólo expressivo regionalmente localizado nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, na região do Agreste³. Conforme já comentado a indústria de transformação em Pernambuco vem demonstrando dificuldades em recuperar o ímpeto, talvez por se apresentar um tanto dispersa em termos de cadeias produtivas, o que lhe imprime menores efeitos de encadeamento⁴.

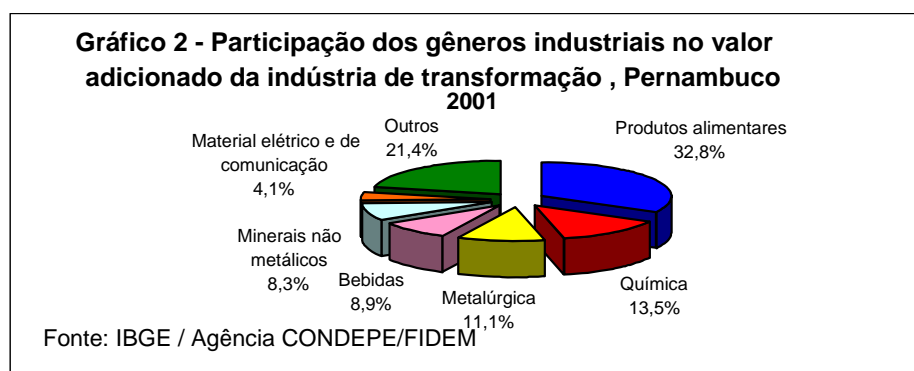


Tabela 5 - Participação percentual dos gêneros industriais no valor adicionado da indústria de transformação, Pernambuco - 2001

Gêneros	(%)	Gêneros	(%)
Ind. de transformação	100,0		
Produtos alimentares	32,8	Papel e papelão	3,0
Bebidas	8,9	Produtos de matérias plásticas	2,1
Química	13,5	Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	1,6
Metalúrgica	11,1	Têxtil	1,4
Minerais não-metálicos	8,3	Perfumaria, sabão e velas	1,3
Material elétrico e de comunicação	4,1	Outros	12,1

Fonte : IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM. (www.fisepe.pe.gov.br/condepe)

³ Note-se, entretanto, que esse ramo é bem mais expressivo no que diz respeito à geração de emprego, oferecendo pouco mais de 11% dos empregos formais da indústria de transformação em 2002, segundo a RAIS (Lima e Lima, 2005).

⁴ Cabe referir que no Sertão do Araripe desenvolve-se uma atividade de produção de gesso e artefatos de gesso a partir de extensas reservas de gipsita ali localizadas, já com expressivos desdobramentos em termos econômicos, mas com dificuldades de competitividade em vista dos custos de transporte e dos impactos ambientais causados pelo uso da lenha como combustível.

Embora a partir de dados do emprego, com base na RAIS, Lima e Lima (2005: 18), tendo por base os dados do emprego formal da RAIS, mostram uma performance pouco otimista para a indústria de transformação em Pernambuco nos últimos anos:

“O desempenho apresentado pela indústria de transformação e extrativa mineral localizada em Pernambuco foi negativo no decorrer da década de 90: o Estado perdeu sua posição relativa no cenário regional e mesmo os seus setores mais dinâmicos não conseguiram manter as taxas de crescimento apresentadas no período anterior. A indústria de produtos alimentares, bebidas e álcool etílico manteve sua posição na indústria local, mesmo tendo apresentado diminuição em seus indicadores, seguida da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido e de alguns gêneros mais dinâmicos (ex. indústria química), sendo que estes últimos também não apresentaram um comportamento satisfatório no decorrer da década.”

Esse quadro pouco auspicioso da economia pernambucana, vale destacar, vem sofrendo algumas melhoras nos anos mais recentes, a partir de algumas medidas e linhas de política econômica do Governo do Estado, cujas principais características serão sumariadas a seguir.

3. Aspectos Gerais das Políticas de Desenvolvimento do Governo de Pernambuco

Nos últimos anos, ou seja, de 2000 em diante, a economia de Pernambuco, mesmo se defrontando com as limitações já expostas, vem apresentando um desempenho um pouco melhor em termos de crescimento relativo. Isso, comparando o crescimento estadual com o da economia brasileira, embora as taxas médias tenham ficado nos limites do crescimento raquítico observado no Brasil desde os anos 1980, ou seja, de 2,4% ao ano para Pernambuco e de 1,9% para o Brasil, no período 1999/2003. Esse melhor desempenho relativo tem a ver, entre outros fatores, com a atração de alguns investimentos para o Complexo Industrial Portuário de Suape, com a expansão da fruticultura irrigada do entorno do município de Petrolina e com a expansão das atividades têxteis e de confecções do Pólo Caruaru/Toritama/Santa Cruz do Capibaribe. Além disso, observou-se nos anos

mais recentes uma recuperação da atividade álcool-açucareira e um expressivo, embora localizado em Porto de Galinhas e em Recife e aquém do observado em outros Estados nordestinos, incremento do turismo. Além disso, merecem destaque em termos de crescimento no Estado a consolidação de atividades terciárias de comércio atacadista, de serviços de saúde e de informática, concentradas na RMR.

O complexo Suape, vale destacar, tem tido um papel importante nos últimos anos para a economia de Pernambuco ao proporcionar uma certa recuperação do papel de entreposto comercial do Estado agora pelo lado das importações. Pela localização estratégica no Nordeste, Pernambuco tem se posicionado com vantagens para atrair investimentos em centrais de distribuição, por exemplo, afora o esforço de atrair para Suape projetos industriais com maiores conexões externas. Esse esforço tem tido o suporte de políticas estaduais de incentivos fiscais, na linha da chamada “guerra fiscal” que tem vigorado no Brasil já há algum tempo. Em seguida apresentamos as linhas gerais de tais políticas.

Uma dessas linhas fica a cargo da Agência de Desenvolvimento estadual, a AD-Diper, que, além de buscar investimentos, desenvolve um Programa de Exportação para os produtos do Estado. Tal programa objetiva diversificar a pauta de exportações do Estado, aumentar o volume exportado, comercializar produtos com maior valor agregado e dar apoio às empresas que buscam o mercado externo pela primeira vez. O principal objetivo da ADDiper, no entanto, é a atração de investimentos. Segundo a Agência,

“(…) de 1999 a abril de 2004, por exemplo, 789 novos negócios foram atraídos para Pernambuco, representando investimentos privados na ordem de R\$ 7 bilhões. Estes investimentos geraram cerca de 48 mil empregos diretos. Isso foi decorrente, por um lado, de uma demanda dos próprios empresários e investidores que procuram a ADDiper para ter apoio em seus empreendimentos em Pernambuco. Mas, a maior parte dos novos investimentos que chegam a Pernambuco foi captada pela atuação pró-ativa da agência. O Governo de Pernambuco investiu na modernização da infra-estrutura e criou um sistema de incentivos fiscais competitivo e abrangente, que prioriza o fortalecimento das cadeias produtivas e o uso da vocação logística do Estado como diferencial competitivo.”

(http://www.pe.gov.br/frames/index_addiper.htm).

Para dar suporte à ação da AD-Diper, Pernambuco mantém um programa de incentivos fiscais, o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe), que oferece vantagens para empresas com interesse em se instalar, ou mesmo expandir sua capacidade, no Estado. Os incentivos têm prazo que variam de oito a 12 anos para atividades industriais. As centrais de distribuição, consideradas como prioritárias, poderão ter 15 anos de incentivos sobre os impostos estaduais. O Prodepe também oferece incentivos para empresas importadoras que negociem com material acabado para distribuição atacadista, ou importem matéria-prima não incentivada pelo programa⁵. O Prodepe foi criado em 1995, sofrendo reformulação em 1999, já tendo, até julho de 2004, apoiado 787 empresas.

Outro instrumento de incentivo à atração de investimentos no Estado é o Complexo Industrial e Portuário de Suape, que dispõe de infra-estrutura para atender às necessidades dos investidores e tem atraído um número significativo de empresas interessadas em colocar seus produtos no mercado regional ou em exportá-los. Conforme a AD-Diper:

“A posição geográfica de Pernambuco, no centro da Região Nordeste, transforma Suape em um centro concentrador e distribuidor de cargas. A localização também torna o porto de Suape vocacionado como um porto internacional concentrador de cargas (hub port) para toda a América do Sul. Mais de 70 empresas já se instalaram ou estão em fase de implantação no Complexo Industrial, representando investimentos da ordem de US\$ 1,7 bilhão.” (http://www.pe.gov.br/frames/index_addiper.htm).

Note-se ainda que Suape agrega uma multimodalidade de transportes, através de rodovias e ferrovias internas, aliadas a um porto de águas profundas com redes de abastecimento de água, energia elétrica, telecomunicações e gás natural instaladas em todo o complexo. Embora ainda aquém das expectativas e dos elevados investimentos ali realizados, o complexo Suape, mesmo ainda inconcluso, é hoje um dos principais trunfos, embora estes não sejam muitos, da economia pernambucana, que poderá ajudar a transformar sua base produtiva de forma mais consistente. Entre os investimentos de maior

⁵ Essa prioridade justifica-se por ser Pernambuco o segundo maior mercado consumidor da Região Nordeste. Por conta da sua localização, Pernambuco tornou-se um pólo logístico na Região, concentrando importações e sendo responsável pelo abastecimento de vários Estados. Note-se que em um raio de 800 quilômetros, a partir do Recife, estão as principais cidades do Nordeste. Segundo a AD-Diper, (http://www.pe.gov.br/frames/index_addiper.htm) de 1999 a meados de 2004, 96 centrais de distribuição se implantaram em Pernambuco.

dimensão previstos para se alojar em Suape encontram-se uma refinaria de petróleo, um estaleiro de grande porte, um pólo de poliéster, uma usina de regaseificação de gás natural e um terminal de granéis sólidos, estando os três primeiros em estágio mais avançado de viabilização.

Caso sejam confirmados, esses investimentos poderão atrair para Pernambuco outros projetos complementares e assim poderão ser preenchidos com maior abrangência os elos inexistentes das cadeias produtivas do Estado, com as repercussões favoráveis que lhes são associadas.

As linhas gerais da política de desenvolvimento de Pernambuco parecem, assim, apontar na direção correta, abrangendo a atração de investimentos, a expansão da infraestrutura, a promoção de arranjos produtivos, o suporte às exportações etc. Os recursos financeiros estaduais, entretanto, têm sido muito escassos e usados um tanto pulverizadamente sem alvos mais dirigidos em termos de reforço da base produtiva local⁶. Ademais não há incentivos diferenciados e assim maiores preocupações com a desconcentração da base produtiva para outras regiões do interior do Estado.

Afora isso, cabe realçar que não há indicações de preocupações mais específicas da política de desenvolvimento de Pernambuco para com o Mercosul. A menor repercussão deste bloco sobre as economias da região Nordeste, como já apontado na literatura, pode estar condicionando o negligenciamento do Mercosul nas linhas de políticas estaduais. Tal postura pode estar desprezando oportunidades de mercado, que se perdem, às vezes, por questões de logística de transporte, por exemplo (Katz e Sicsú, 2005), mesmo que o comércio externo do Estado seja mais intenso com outros países que não os do Mercosul.

Assim, apesar do discurso oficial um tanto triunfalista, até aqui, vale observar, a performance da economia pernambucana tem sido um pouco afetada para melhor, mas não tem sido estruturalmente alterada pelos programas acima referidos. Isso, no entanto poderá ocorrer caso os projetos anunciados para instalação em Suape sejam confirmados e entrem

⁶ Um aspecto pouco referido nas análises de desempenho das economias estaduais e das políticas públicas são as condições de segurança e bem estar da população, que fazem diferença na atração de investimentos quando há opções de localização com melhores condições como é o caso da RMR que se apresenta desfavoravelmente em relação a outras capitais nordestinas. Na RMR os índices de criminalidade e de insegurança estão elevados a ponto de fazer alguma diferença para os empresários a localização em outras capitais. Desemprego elevado e política de segurança pública ineficaz, entre outros aspectos, fazem parte do problema em Pernambuco. Essa afirmação não pode ser aqui demonstrada com fatos ou evidências, fuge ao escopo deste trabalho, mas fica como hipótese a ser testada em trabalhos futuros.

em operação e se outros projetos de maior porte tenham continuidade ou venham efetivamente a serem implantados no Estado. Uma análise mais detalhada desses projetos é feita na seção a seguir.

4. Perspectivas e Desafios: Novos Projetos Estruturadores

Atualmente, Pernambuco apresenta algumas facilidades potenciais para a atração de grandes projetos estruturadores. Com a consolidação de importantes infra-estruturas e com a perspectiva de consolidação como pólo regional de serviços, verifica-se a possibilidade de que grandes projetos venham a se instalar no Estado, melhorando, em muito, as condições de emprego e renda. Esses projetos têm forte sustentação na área do conhecimento e se apresentam como novos desafios para a formação de recursos humanos e da pesquisa nas instituições para aí vocacionadas, destacando-se as Universidades e Instituições de Ensino Superior. Dentre esses projetos destacaríamos:

4.1 Consolidação de um Pólo de Software-Porto Digital

O Porto Digital - sociedade civil sem fins lucrativos, surgiu visando dar maior visibilidade à economia digital de Pernambuco. É um parque tecnológico urbano, que pretende ser de classe mundial, que promove um ambiente de inovação para negócios das tecnologias da informação e comunicação no Estado de Pernambuco. No Porto Digital, o setor da Tecnologia da Informação e Comunicação é a ferramenta de desenvolvimento econômico e social.

O Porto Digital é resultado do ambiente de inovação que se consolidou em Pernambuco nas últimas décadas. Em uma região atrativa para inovação, instituições, empresas, universidades e governos fomentaram mudanças econômicas e sociais que estão gerando riqueza, emprego e renda.

Hoje, Pernambuco se coloca no cenário mundial por seu capital humano. Há uma participação crescente do setor de TIC no PIB pernambucano. Enquanto a média nacional é de 0.8%, em Pernambuco, a participação chega a 1.8%, de acordo com dados do IBGE e do Condepe.

Nesse contexto de produzir conhecimento localmente e exportar serviços de valor agregado para o mundo, surgiu o Porto Digital, em julho de 2000. O Porto é um projeto de desenvolvimento econômico que agrega investimentos públicos, iniciativa privada e universidades, compondo um sistema local de inovação que tem, atualmente, 85 instituições entre empresas de TIC, serviços especializados e órgãos de fomento.

Em quase quatro anos de operação, o Porto Digital transferiu para o Bairro do Recife Antigo 2.000 postos de trabalho, atraindo 10 empresas de outras regiões do País e quatro multinacionais, abrigando, ainda, dois centros de tecnologia.

A consolidação do Porto Digital dependerá, em grande parte, da capacidade de atração de novos investimentos, constituindo-se em desafio para as instituições fornecedoras de recursos humanos de alta qualidade no sentido de manter uma oferta crescente de pessoal altamente qualificado. Na direção do reforço e consolidação do Porto, deve-se levar em conta o recente anúncio da Motorola em ampliar sua base no mesmo, o que vem em conjunto com outros empreendimentos menores e parcerias com grandes empresas do setor que se encontram em fase de negociação.⁷

4.2 Hemobrás

A consolidação do pólo farmacêutico de Pernambuco dará um passo muito importante com a futura implantação da unidade industrial da Hemobrás, que produzirá hemoderivados para suprimento do mercado interno. O empreendimento, com recursos predominantemente do Governo Federal, mas com algum aporte do Governo estadual, ocupará uma área de 320 hectares, no município de Goiana, na Zona da mata Norte do Estado e poderá desencadear um processo de desenvolvimento sócio-econômico daquela microrregião. Receberá investimentos da ordem de US\$ 65 milhões e propiciará a geração de 220 empregos diretos, dando ainda suporte à atração um complexo farmoquímico e de biotecnologia.

⁷ Note-se que a Samsung e a Nokia também montaram bases de desenvolvimento de aplicativos para objetos móveis, principalmente, no Porto Digital. O projeto da Motorola tem maior dimensão, envolvendo a contratação de 250 pessoas para o desenvolvimento de aplicativos desse tipo. Conforme entrevista de Cláudio Marinho, Secretário de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, ao Jornal do Comércio, Recife, em 29/03/2006.

A previsão é que a produção de hemoderivados gere não apenas a elevação do potencial econômico do Estado, mas, também, o desenvolvimento da biotecnologia de ponta em toda a cadeia produtiva de hemoderivados, permitindo que o Brasil domine todas as etapas do processo produtivo num setor atualmente concentrado em poucos países. Representa, ainda, um papel importantíssimo para a saúde pública em nosso país, por permitir que se reduzam sensivelmente as despesas com a importação desses produtos, atualmente na casa dos US\$ 120 milhões.

A implantação da Hemobrás poderá viabilizar, em Pernambuco, um grande salto na área da biotecnologia para a saúde humana.

4.3 Suape

O Complexo Industrial e Portuário de Suape é o mais completo pólo para a localização de negócios industriais e portuários da Região Nordeste. Dispondo de uma infra-estrutura completa para atender às necessidades dos mais diversos empreendimentos, Suape tem atraído um número cada vez maior de empresas interessadas em colocar seus produtos no mercado regional ou exportá-los para outros países.

Mais de 70 empresas já se instalaram ou estão em fase de implantação no Complexo Industrial, representando investimentos da ordem de US\$ 1,7 bilhão. Além da infra-estrutura adequada, essas empresas contam ainda com incentivos fiscais, oferecidos pelos governos estadual e municipal, com o objetivo de estimular a geração de empregos e incrementar a economia regional.

Para a consolidação da infra-estrutura do Porto de Suape, é fundamental a continuidade dos investimentos federais necessários para a conclusão do mesmo, mas também são requeridos investimentos em C&T, ensaios técnicos, metrologia e materiais.

4.4 Refinaria de Petróleo

Um dos projetos mais estruturantes previstos para instalação em Suape nos próximos anos é sem dúvida a Refinaria Abreu e Lima, em parceria a ser formada pela Petrobrás com a PDVSA. Esse projeto tem escala mundial, com processamento previsto de

200.000 barris de petróleo por dia, voltado para a produção de nafta, diesel e GLP, aproveitando a oportunidade de processar óleo pesado proveniente do Brasil e da Venezuela. O cronograma de implantação situa o projeto conceitual para até outubro de 2006, o projeto básico para outubro de 2007, o detalhamento, construção e montagem entre outubro de 2007 e dezembro de 2011, com o início de operações previsto para dezembro de 2011. Em sendo um projeto de grande vulto, está prevista a absorção de 10.000 empregados por ano ao longo da construção, bem como de 2.000 empregados na fase de operação. O leque de equipamentos com oportunidades de fornecimento para a fase de construção da refinaria, a nível nacional, é bem amplo. Entre estes podem ser citados reatores, torres de processo, permutadores, vasos de pressão, formas, compressores, bombas, motores, ventiladores. Entre os materiais em que há oportunidade de fornecimento por parte de empresas pernambucanas podem ser citados tubulação, acessórios de tubulação, válvulas, estruturas metálicas, movimentação de terras, concreto, ferro de estruturas, painéis elétricos, instrumentos de medição e controle, transformadores, cabos elétricos, além de edificações (NDI, s/d).

Uma refinaria de petróleo implica e dá oportunidade a inúmeras outras atividades de pequeno, médio e grande porte e com isso a economia de Pernambuco poderá em muito se beneficiar com o fornecimento de bens e serviços do tipo vigilância, apoio administrativo, comunicação, lavanderia industrial, fornecimento de EPIs, uniformes e de extintores de incêndio, apoio de informática no caso das atividades de pequeno porte. O fornecimento de médio porte passa por: manutenção predial, locação de veículos e andaimes tubulares, manutenção de sistemas de ventilação e ar condicionado, pintura, limpeza, serviços de refratários e isolamento térmico, manutenção de motores elétricos, manutenção de sistemas digitais de controle, detalhamento e montagem de pequenos projetos de melhoria nas áreas de caldeiraria, tubulação, elétrica e instrumentação. Os contratos de maior porte localizam-se nas áreas de alimentação, transporte de pessoal, manutenção de grandes máquinas, manutenção industrial, movimentação de cargas e operação de pátios de enxofre e coque (NDI, s/d).

Pelo que se menciona acima, as oportunidades de articulação da refinaria com fornecedores de bens e serviços em Pernambuco são amplas e variadas. Ocorre que para habilitar-se a fornecer equipamentos e materiais e serviços para a refinaria os requerimentos

exigidos são de nível de complexidade não trivial, envolvendo certificações ISO 9.001, ISO 14.001, atributos SMS, além de outros atributos técnicos, legais e econômicos específicos.

Para acesso ao cadastro de fornecedores da Petrobrás as empresas pernambucanas precisam superar desafios significativos, portanto. Tais desafios podem ser superados com a busca de modernização do parque industrial, com a implementação de programas de qualidade e gestão empresarial, melhoria de logística, maior articulação com demais fornecedores etc. Para isso as empresas podem contar, entre outros instrumentos, com Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural –PROMINP, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, que objetiva maximizar a participação da indústria nacional, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos na área de petróleo e gás no Brasil e no exterior. Tal programa tem como alvos a capacitação profissional, industrial, tecnológica e competitiva. Nesse contexto, o conjunto de empresas, entidades empresariais e o setor público precisam se articular e promover a necessária capacitação para atingir os requerimentos exigidos e assim participar do fornecimento de bens e serviços à refinaria.

Com a possibilidade da instalação da Refinaria de Petróleo em Pernambuco, deve-se salientar que, em se tratando de um projeto estruturador, traz encadeamentos significativos, abrindo perspectivas para a cadeia do petróleo no Estado. Nesse sentido, embora existam grupos de pesquisa trabalhando no tema, deve-se ter uma ação que anteceda a implantação do investimento, preparando mão de obra qualificada e infra-estrutura de ensaios e de consolidação de equipes qualificadas. Este investimento aponta para a necessidade de reforçar a importância de ensaios técnicos, bem como reestruturar, no Estado, grupos de pesquisa nas áreas de materiais e química.

4.5 Transnordestina

A Ferrovia Transnordestina unirá as três pontas mortas do sistema ferroviário do Nordeste – Missão Velha/CE, Salgueiro/PE e Petrolina/PE, alavancando, assim, o desenvolvimento econômico de diversos setores em sua área de abrangência, especialmente o pólo gesso do Araripe e o pólo agroindustrial de Petrolina e Juazeiro. Além disso,

integrará o sistema hidroviário do São Francisco, o sistema rodoviário sertanejo e o sistema ferroviário já existente, tornando mais eficiente a logística do transporte de cargas.

A implantação da ferrovia deverá facilitar em muito o escoamento da produção de gesso e de frutas do extremo Oeste de Pernambuco, podendo também impactar favoravelmente sobre a instalação usinas de biodiesel e sobre a reativação da avicultura, suinocultura e aquíicultura. Para que isso se realize o Estado precisa se preparar para a atração de novos investimentos, reestruturando sua infra-estrutura de C&T e a área de logística para dar suporte a essas atividades.

4.6 Pólo Médico

A prestação de serviços de saúde é um setor com boas perspectivas de consolidação em Pernambuco. Atualmente emprega 120 mil pessoas, sendo 72 mil na Região Metropolitana do Recife (RMR).

Em sendo Recife uma cidade pólo de grande importância, tendo como pano de fundo a infra-estrutura básica de hospitais e de formação/profissionalização, pouco a pouco os serviços de saúde foram assumindo proporções crescentes na cidade e hoje se observa uma razoável concentração de hospitais, clínicas especializadas, laboratório de análises e centros de diagnósticos, dando origem a várias atividades correlatas.

Entre estas podem ser destacadas as atividades de produção e manutenção de equipamentos, serviços de informática e automação, produção de medicamentos, de roupas profissionais, de descartáveis, de gases etc, ao lado de serviços de lavanderia, de esterilização, de coleta e tratamento de lixo, de hospedagem, de comercialização, entre outros.

A dinâmica de expansão, para ser sustentável precisa estar apoiada fundamentalmente no processo de inovações e de geração de conhecimento, o que exigirá uma forte interação, cooperação e aprendizagem das empresas do núcleo do Pólo com outros atores locais, tais como: empresas de apoio correlatas, governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa, entre outros. Nesse sentido, caso se queira, realmente, transformar o Pólo do Recife numa referência regional, faz-se necessário definir uma estratégia na área do conhecimento, para que essa interação venha a ocorrer.

4.7 Pólo de Poliéster

Previsto para ser implantado no Complexo Industrial e Portuário de Suape, o Pólo de Poliéster, por parte do grupo italiano Mossi Ghisolfi (M&G), deverá aportar mais de R\$ 3 bilhões em investimentos, gerando 710 empregos diretos e será o maior do gênero na América Latina. O empreendimento, apoiado por incentivos fiscais de redução de ICMS em 80% por quatro anos e de 70% nos oito anos seguintes, será formado por quatro fábricas, sendo uma, a primeira a ser instalada, de resina para embalagens PET; a segunda de ácido teraftálico purificado (PTA), matéria-prima para produção de poliéster; a terceira para produção de fios de poliéster; e a última voltada para a produção de paraxileno (PX), matéria-prima para o PTA. Em decorrência deste investimento, outros estão previstos complementando uma cadeia têxtil com investimentos em tecidos sintéticos e confecções.

A instalação das quatro fábricas deverá adensar a cadeia produtiva desses petroquímicos, articulando-se pra trás com a implantação prevista de uma refinaria de petróleo em Suape. Em termos de *linkages* para a frente, o pólo de poliéster deverá propiciar, caso bem efetivamente implantado, a atração para Pernambuco de empresas transformadoras/sopradoras de preformas, bem como a ampliação e reestruturação da indústria têxtil. Tais desafios poderão ser vencidos, levando-se em conta a demanda já existente por esses produtos, atualmente adquiridos de fornecedores de fora do Estado. Sabe-se que a indústria de bebidas tem expressão significativa em Pernambuco, cliente potencial para fábricas de preformas, enquanto a indústria têxtil está sendo reestruturada, embora esteja enfrentando dificuldades com a concorrência de produtos têxteis importados de países asiáticos.

Preparar recursos humanos qualificados e infra-estrutura de testes e ensaios adequados, bem como auxiliar no avanço do conhecimento nesta área, são outros desafios a serem enfrentados exigindo investimentos e atenção por parte dos governos federal e estadual, além da articulação com empreendedores privados.

4.8 Estaleiro

Um outro grande projeto previsto para implantação em Suape é um estaleiro a cargo do consórcio Camargo Correia / Andrade Gutierrez / Queiroz Galvão / Aker Promar / Samsung. Trata-se de um projeto de US\$ 170,0 milhões, que já conta com um programa de incentivos estaduais contemplando a isenção e diferimento de ICMS, o qual deverá ter uma área total de 780.000 m² com capacidade para construção simultânea de dois navios e uma plataforma semi-submersível. Em operação, prevê-se a criação de 2.000 empregos diretos, podendo chegar a 5.000 quando em construção simultânea de navios e plataforma. Segundo estudo consultado para a elaboração deste trabalho (NDI, s/d), o estaleiro aproveita-se de um momento interessante na indústria de construção naval que teria demanda duas vezes superior à capacidade de atendimento por parte da oferta da mesma a nível mundial.

O estaleiro deverá mirar-se na demanda em oferta pela Petrobrás para navios e plataformas semisubmersíveis, além de demandas outras da marinha mercante e de outras companhias de petróleo. Segundo o mencionado estudo do NDI (s/d), o fornecimento de componentes para os navios saídos do estaleiro, passíveis de serem ofertados por parte da indústria nacional, envolve chapas grossas de aço, tintas e solventes, caldeiras, quadros elétricos, bombas comuns, válvulas comuns, trocadores de calor, outros materiais de tubulação, amarras, cabos elétricos e consumíveis, entre outros. Ao ser implantado o mesmo poderá abrir oportunidades de fornecimento para empresas já sediadas em Pernambuco, ou que venham a ser instaladas futuramente, nas áreas de bens de capital e caldeiraria (vasos de pressão, tanques, permutadores de calor, estruturas metálicas, acessórios e tubulações), indústria de cortes de blanks, mobiliário, equipamentos e cutelaria, materiais sanitários, marmoraria, gases industriais, abrasivos etc. Em termos de serviços, deverá demandar usinagem leve e pesada, isolamento térmico e pintura, inspeções de controle de qualidade, serviços de projeto e locação de equipamentos de apoio.

Portanto, é amplo o leque de serviços e de bens industrializados que poderão ser demandados pelo estaleiro com impactos importantes sobre segmentos específicos onde a economia de Pernambuco já tem capacidade instalada e onde outros empreendimentos provavelmente serão atraídos para fornecê-los. Desafios importantes devem ser superados para tal. A construção naval é extremamente exigente em padrões de qualidade e segurança, que envolvem fornecedores de materiais, bens e serviços. Exige-se a certificação da embarcação, bem como dos componentes e vistorias periódicas durante a construção. Para

que a economia pernambucana habilite-se à integração com o estaleiro há que se buscar, assim, a formação de *joint ventures* com fabricantes de fora para transferência de tecnologia, qualificação dos equipamentos junto às sociedades qualificadoras, a qualificação de mão-de-obra para fabricação, prestação de serviços e testes de provas de equipamentos e navios, além do desenvolvimento de equipamentos e serviços exclusivos para a indústria naval.

Para atender esses requerimentos faz-se necessária a articulação entre entidades públicas e privadas e muita determinação das mesmas para viabilizar tais tarefas, o que não será fácil levando em conta a cultura local avessa a uma cooperação mais estreita entre o público e o privado e também a pouca tradição das empresas locais com a produção dos bens e serviços envolvidos.

4.9. As possibilidades e limitações dos projetos em implantação: Algumas Reflexões.

Os vários projetos em implantação em Pernambuco podem, pelo menos em parte, ser objeto de avaliação preliminar de impactos e requerimentos em termos de infraestrutura, com base em alguns estudos e discussões que vêm sendo realizadas por iniciativas diversas. Cabe aqui apresentar alguns impactos previstos ao tempo em que são apresentadas algumas reflexões sobre os mesmos.

O estudo do NDI (s/d) apresenta alguns dos impactos na infra-estrutura social e no que diz respeito a segmentos econômicos e ao emprego a ser derivado com os projetos do estaleiro, da refinaria e do pólo de poliéster. Tal estudo estima impactos bastante significativos dos projetos sobre serviços públicos como matrículas escolares, habitações e coleta de lixo, fornecimento de água, transporte coletivo e leitos hospitalares, o que precisa ser inserido no planejamento estadual e dos municípios mais diretamente afetados. Um possível complicador para o satisfatório atendimento dessas demandas é o fato de que parte significativa da receita de impostos com os projetos está sendo abdicada pelo Estado de Pernambuco, sob a forma de incentivos fiscais, com o que a pressão, a curto e médio prazos, por esses gastos será mais difícil de ser atendida. Repercussões econômicas indiretas dos projetos, no entanto, deverão contribuir com mais receitas fiscais para o Estado e os municípios da RMR, principalmente estes, o que poderá atenuar tais pressões.

Estudos mais detalhados sobre tais impactos nos gastos e nas receitas fazem-se então necessários para que o planejamento possa ser encaminhado no sentido de atender na medida do possível as demandas previstas.

Outros impactos, no lado da estrutura produtiva, são também relevantes e podem ser antecipados a partir da matriz de insumo-produto de Pernambuco. Estes impactos são de duas ordens. Um primeiro conjunto localiza-se na fase de implementação dos projetos, onde as repercussões maiores deverão localizar-se na construção civil, siderurgia, minerais não metálicos, outros produtos metalúrgicos, não ferrosos, máquinas e tratores, material elétrico e eletrônico, material plástico e madeira e mobiliário. Os impactos sobre o emprego estimados pelo NDI, na hipótese mais conservadora e mais factível de que 30% do fornecimento dos projetos será feito pela economia pernambucana, indicam a geração de cerca de 187.000 empregos, número bastante significativo, portanto.

Na outra linha de impactos, os gerados na fase de operação dos três projetos referidos, podem ser antecipados incrementos nos multiplicadores (efeitos diretos + indiretos + induzidos) de quase todos os segmentos da economia, incluindo a agropecuária, indústria de transformação, construção civil e comércio. Tais impactos, naturalmente, tendem a ser acrescidos com o gradativo incremento, provável de ocorrer, do coeficiente de internalização do fornecimento. Assim, a repercussão mais intensa dos empreendimentos projetados estará na dependência de um esforço concentrado que permita a capacitação dos fornecedores locais e sua integração com os novos empreendimentos, o que exigirá o desenho e implementação de políticas específicas para que isso possa ser viabilizado. Do contrário boa parte dos efeitos de encadeamento terminará “vazando” para outros Estados brasileiros ou para o exterior.

Algumas reflexões adicionais podem ser aqui adiantadas com relação a este novo momento que parece estar sendo vivenciado pela economia pernambucana.⁸ Uma primeira observação é o conjunto de investimentos previstos e em andamento é realmente significativo e poderá assegurar para a economia de Pernambuco um crescimento superior à média regional, revertendo assim sua perda de posição registrada nas últimas décadas. Há que se ter em conta que tais investimentos estão sendo viabilizados em virtude de ações do

⁸ Algumas das reflexões aqui feitas têm como base uma entrevista de Tânia Bacelar ao Jornal do Comércio, Recife, 11/05/2006.

setor público em termos de infra-estrutura, onde o Complexo Suape destaca-se soberanamente. Para que se consolidem os projetos e suas repercussões positivas, há ainda que contar com um esforço grande do investimento estatal em infra-estrutura econômica e social, bem como na capacitação da estrutura produtiva e sua integração com os novos projetos.

Uma outra reflexão diz respeito aos impactos diferenciados que os projetos terão sobre as regiões do Estado. As políticas estaduais de desenvolvimento, principalmente a de incentivos fiscais, não discriminam a favor de espaços e sub-regiões menos desenvolvidos e com isso a RMR vem atraindo a maior parte dos projetos incentivados. Com o maior porte dos projetos ora discutidos, concentrados na RMR, esse desequilíbrio tenderá a ser reforçado, caso não sejam modificados os parâmetros básicos das políticas em curso.

Afora isso, numa outra linha de preocupação, a política de segurança exercitada em Pernambuco vem se revelando insuficiente para conter a violência urbana e, por conta disso, investimentos complementares poderão ser perdidos e poderá também ser mais difícil atrair mão-de-obra especializada para as fases de montagem e operação dos empreendimentos projetados.

Da mesma forma, a política de ocupação das cidades e o planejamento urbano carecem mais atenção para evitar a intensificação de ocupações desordenadas e carentes de infra-estrutura.

5. Considerações Finais.

Ao longo deste trabalho procuramos mostrar os principais aspectos da evolução da economia de Pernambuco, ressaltando inicialmente as tendências de estagnação e declínio relativo observado ao longo das últimas décadas do século XX, bem como alguns de seus fatores explicativos.

Após experimentar tais dificuldades, a economia pernambucana vem, mais recentemente, demonstrando sinais de recuperação de dinamismo e de capacidade de articulação, que vem contribuindo para a atração de grandes projetos de investimento. Tais projetos pelo seu elevado porte e pelas possibilidades de integração para frente e para trás poderão implicar em grandes transformações e alavancar o dinamismo da estrutura

produtiva, a depender da capacidade de integração que a sócio-economia pernambucana venha a exibir.

Como condicionante dessas mudanças encontram-se algumas políticas implementadas a nível estadual e federal e algumas decisões estratégicas tomadas pelo Governo brasileiro nos anos mais recentes. O exame dos grandes projetos estruturadores que estão se implantando em Pernambuco revela também algumas carências e requerimentos estratégicos. Carências e requerimentos localizados na frágil capacidade das instituições de suporte ao desenvolvimento econômico diante dos desafios que se colocam com relação à necessidade de favorecer a integração dos tais projetos com o resto da economia. Em sendo os requerimentos da indústria petroquímica e de construção naval, por exemplo, muito elevados para a qualificação de fornecedores locais, é possível que as empresas pernambucanas não consigam se habilitar à integração com os novos projetos. Para que isso seja evitado e uma integração bem sucedida seja alcançada é preciso que sejam implantadas políticas específicas de apoio à capacitação empresarial, de mão-de-obra, de maior integração com a base local de C & T etc, o que ainda não está assegurado. Afora isso, as políticas precisam ater-se também à necessidade de espriar o desenvolvimento do Estado para as regiões interioranas, definindo incentivos diferenciados a favor de espaços menos dinâmicos, bem como incorporar a dimensão sócio-econômica no que diz respeito a investimentos em infra-estrutura social, contemplando inclusive a área de segurança, para que a atração de investimentos complementares aos grandes projetos possa se concretizar. Os desafios para que isso venha a ocorrer localizam-se, principalmente, nas limitações financeiras do Estado de Pernambuco e na ainda incipiente articulação de suas instituições de suporte com o setor privado.

Em suma, dúvidas persistem em meio às mudanças de percurso da economia pernambucana. Estes novos investimentos terão condições de modificar a realidade atual da economia local? Os impactos não estarão extremamente localizados sem transbordamento para o resto da economia? Como preparar uma economia desigual para um salto de desenvolvimento, sabendo que a qualificação de pessoal e a participação de capitais locais ainda são inadequadas para um novo paradigma de desenvolvimento, em um novo patamar tecno-econômico? São estas dúvidas que relativizam o novo surto de desenvolvimento que se anuncia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Evans, Peter, 2004, **Autonomia e Parceria – Estados e Transformação Industrial**, 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ Editora.

Katz, Frederico e Sicsú, Abraham, 2005, **Mercosul: Possíveis Conexões entre Periféricos e Pernambuco. O Obstáculo das Escalas**, Recife, mimeo.

Lima, J. Policarpo e Katz, Frederico, 1993, A Economia de Pernambuco: Perda de Dinamismo e a Necessidade de Buscar Caminhos Possíveis, **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, V.9 N. 1, janeiro-junho.

Lima, Ana Carolina da C. e Lima, J. Policarpo R., 2005, Indústrias de Transformação e Extrativa Mineral no Nordeste: Desempenho e Tendências pós-1990, **Texto para Discussão 485**, Recife: PIMES/UFPE.

NDI - Núcleo de Desenvolvimento e Integração Industrial, s/d, **Investimentos Estruturadores: Avaliação dos Impactos na Economia de Pernambuco**. Convênio CNI/FIEPE/SDETE, xerox.

Padilha, M. Fernanda G., 2006, **Experiências Contemporâneas de Desenvolvimento: Políticas Voltadas para Inserção Competitiva. Casos da China, Brasil e México**. Dissertação (Mestrado), UFPE, Economia, Recife.

Sites Consultados:

<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>

http://www.pe.gov.br/frames/index_addiper.htm

www.fisepe.pe.gov.br/condepe